

CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA
EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM ÁFRICA – CODESRIA
PLURALISMO POLÍTICO E DEMOCRACIA
ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU

A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: Limites e Possibilidades

Comunicação submetida por Ricardino Jacinto Dumas
Teixeira ao CODESRIA como a contribuição para o
diálogo aprofundado sobre os desafios da democracia
eleitoral na Guiné-Bissau.

16 a 17 de Outubro 2008.

A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: Limites e Possibilidades.

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira¹

RESUMO

O texto problematiza, com base na análise da literatura, os limites da democracia procedimental moderna que tem subjacente uma concepção da cidadania como via de acesso à justiça social. O caso guineense, fortemente marcado pela presença multi-étnica e multi-cultural, evidencia esses limites. A presença dos grupos de Mandjundade - um movimento nacional de expressão cultural, política e pedagógica de congregação de diferentes etnias e grupos sociais -, articulados num ponto nodal de convergências étnicas com capacidade de constituir-se uma rede governável-, é entendida como alternativa para tentar minimizar o paradoxo da democracia eleitoral, que abre espaço para grupos majoritários controlarem o Estado.

Palavras chave: democracia, cidadania, grupos étnicos.

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Roraima (2006), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Atualmente é professor de Faculdade de Ipojuca (Brasil), ministrando aulas de Sociologia Aplicada no curso de Graduação em Ciências Contábeis. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Política e Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: sociedade civil, democracia e participação. Participa do grupo de pesquisa “Democracia, Sociedade Civil e Cultura Política” da Universidade Federal de Pernambuco –Brasil.
E-mail: ricardino_teixeira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A democracia minimalista não oferece uma solução teórica para questão substantiva de política pública (...) O que ela oferece é um procedimento para decidir questões que por sua própria natureza precisam ser decididas coletivamente (Amy Gutmann, 1996:17).

Este artigo analisa os contornos teóricos dos limites da democracia eleitoral na Guiné-Bissau, um país que há 15 anos enfrenta crises sociais e institucionais e luta para consolidar a sua democracia, desde a realização de suas primeiras eleições multipartidárias em 1994.

É inegável, hoje, que a África é um continente de conflitos institucionais misturados com questões étnicas. As origens dos conflitos fronteiriços podem ser encontradas no período de 1884-1885, na seqüência da Conferência de Berlim que dividiu as fronteiras africanas entre as potências colonizadoras (sendo as principais Inglaterra, França e Portugal). Esses conflitos também podem ser encontrados no processo de transição democrática, implementada a partir da Revolução dos Cravos de 1974, em Portugal, período em que vários países do Sul da Europa, do Cone Sul da América Latina entraram no caminho da democracia e realizaram ou retomaram suas primeiras eleições democráticas.

Quando o processo de descolonização e da independência dos países africanos começou, em finais dos anos 1950 e princípio da década de 1960 do século XX, algumas dessas questões étnicas voltaram à tona, cujos contornos ainda hoje testemunhamos em episódios tristes, como os massacres entre Tutsis e os Hutus² (Macuane, 2000). Os compromissos assumidos por grande parte de dirigentes dos países africanos que se libertaram do domínio colonial continuam insuficientes para articular os interesses de diversos grupos sociais (Cardoso, 2002).

² Tutsis e os Hutus são duas etnias majoritárias de Ruanda e travaram, em 1990, os conflitos políticos de cunho étnico que levou genocídio de muitos ruandeses.

Com o processo da emancipação da dominação colonial e conseqüente independência dos países africanos no princípio da década de 1960, a tarefa principal de novos dirigentes consistia em construir um Estado Nacional nos moldes ocidentais.

Esse processo de construção de novas estruturas sociais e políticas, culturais e econômicas por dirigentes de novos Estados africanos integram, por um lado, o ambiente político internacional com os problemas internos e, por outro, as pretensões econômicas e políticas das elites governamentais em criar novas estruturas sociais na África (Almond e Powel Jr, 1980 apud Jauará, 2004).

No que se refere ao ambiente político internacional, pode-se ressaltar as políticas macroeconômicas e democráticas impostas aos países africanos pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial como condição para a renegociação da dívida externa e concessão de novos créditos no princípio dos anos de 1980. Assim, as estratégias de liberalização política e econômica na África por parte das instituições internacionais visavam, por um lado, à expansão dos valores democráticos liberal pelo mundo e, por outro lado, a abertura de mercados nacionais ao capital externo, que na África significa mercado sem regra e sem supervisão da sua possível ação nocivo à sociedade (Jauará, 2004).

No que tange aos problemas internos aos países africanos, no processo da construção de suas sociedades, ressaltam-se o enfrentamento das questões de cunho multi-étnico com os imperativos da construção de Estado-Nação. A adoção dessa política na Guiné-Bissau, no Congresso de Cassacá de 1964 e na primeira Constituição de 1973, no seu artigo 4º, retirou a autoridade dos chefes tradicionais, acusado-os de incentivar o tribalismo³ (Santos, 1987 e Fernandes, 1993). Esse fato resultou na perda da legitimidade dos princípios políticos e ideológicos do movimento nacionalista PAIGC (Lopes, 1987).

Sobre as pretensões das elites governamentais, destacam-se as dificuldades enfrentadas para a criação de novas estruturais políticas e econômicas capazes de satisfazer as

³ Esse processo de tentativa de sedimentação da memória pré-colonial não foi facilmente aceito pelos grupos étnicos. Ver Peter Mendy. *O colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau entre 1879-1915*. Tese (doutorado em Ciência Política). University of Birmingham, INEP, 1991.

necessidades essenciais da população de forma que houvesse o compromisso com a superação da herança negativa colonial. No caso concreto da Guiné-Bissau, diante da dificuldade de incorporar os valores democráticos, a nova geração de elites não conseguiu desenvolver os componentes que formam um regime democrático (Cardoso, 2002, p 27).

Resta saber se essas dificuldades podem ser superadas a partir de uma nova configuração do espaço político representado por grupos sociais com capacidade de oferecer uma alternativa viável face aos problemas estruturais vividos nas diferentes situações nacionais.

Para responder essas questões e sem a pretensão de esgotá-las, estruturalmente o trabalho está dividido em três partes, mais as considerações finais: a) a revisão da literatura sobre os fundamentos da noção de democracia e da cidadania moderna; b) a análise do processo democrático em curso na África; c) os conflitos políticos na Guiné-Bissau no processo de transição democrática e finalizando d) com uma alternativa para aperfeiçoar ou tentar aperfeiçoar os processos democratizadores que propiciem a superação do individualismo com valores democráticos, a saber, a participação, a decisão coletiva, a solidariedade, o respeito ao outro para melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais coletivos.

Na primeira parte do trabalho faremos uma breve revisão da literatura sobre os fundamentos da democracia e da cidadania, desde Antiga Grécia até a modernidade. Mostraremos a existência de teorias sobre a democracia e cidadania, analisando-as no contexto guineense a fim de mostrar seus limites teóricos e à necessidade de ajustá-las à realidade social e política da Guiné-Bissau.

Na segunda parte analisaremos a crise de legitimidade de governos autoritários na África e as transições democráticas que ocorreram nesses países africanos, no princípio de 1990, com a queda das ditaduras em Portugal e na Espanha.

Na terceira parte chamaremos a atenção para os sucessivos golpes de Estado misturados com disputas étnicas e regionais que marcaram a transição política para a democracia na Guiné-Bissau. Busca-se discutir a necessidade de repensar outras formas de representação

política para incluir grupos minoritários, já que o atual modelo majoritário da democracia não conseguiu avançar na institucionalização de conflitos sociais e políticos e satisfação das demandas essenciais da sociedade.

Na quarta e última parte indicaremos os grupos de Mandjudades, um movimento nacional de expressão cultural, política e pedagógica de congregação de diferentes etnias e grupos sociais articulados num ponto de convergência com capacidade política de constituir-se uma rede governável, uma alternativa para tentar minimizar o paradoxo da democracia eleitoral minimalista, que abre espaço para grupos majoritários assumirem o controle das instituições sociais, políticas e econômicas do Estado. Chamaremos atenção pelo seu formato, sua prática social e articulação com os grupos étnicos que são potenciais para a articulação de uma sociedade pluralista.

OS FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA MODERNA.

A democracia é um conceito clássico em Ciências Sociais e Humanas. Sua origem pode ser encontrada na Antiga Grécia, nos escritos de Platão e Aristóteles. Tanto Platão como Aristóteles defendiam a concepção segundo a qual só os filósofos (os cidadãos), que cultivam a razão associada à propriedade da terra, ao ócio, ao exercício do conhecimento filosófico e à ação política caberiam a função do exercício de governo (Ribeiro, 2002).

Na antiguidade não existia a separação entre a democracia e a cidadania, pois todos os cidadãos participavam diretamente nas questões de governo e pertenciam ao Estado, com a exceção dos analfabetos, das mulheres, dos estrangeiros e das crianças menores de 18 anos, excluídos da cidadania e da prática democrática por não pertencerem à classe dos cidadãos (Bobbio, 2000).

A democracia, tal como a conhecemos hoje, é uma construção da modernidade. Iniciou-se a partir do século XVIII, a partir de duas concepções fundamentais: Inglesa (liberal) e francesa (republicana). A democracia *inglesa* foi dominada pela aliança entre o povo e a aristocracia contra o Rei (Estado), enquanto que a *francesa* foi marcada pela aliança oposta

contra a aristocracia, baseada na idéia da república e da “igualdade de condições” da *matrix toquiviliana* (Touraine, 1996 e Habermas, 1997).

Na explicação de Habermas, para os liberais, o status do cidadão determina-se a partir de interesses privados onde o Estado é apresentado como aparelho burocrático da administração pública, enquanto na concepção republicana o status do cidadão determina-se pelo interesse público (sociedade civil) e se legitima no *mundo da vida*. Mesmo ameaçada pelos interesses individuais das instâncias hierárquicas da racionalidade instrumental (Estado e mercado), à esfera pública enfatiza-se a integração social a partir do mundo da vida (Habermas, 1997), o que separa Habermas de Gramsci que vê na sociedade civil⁴ como uma instância da própria sociedade política (Estado) em seu sentido ampliado.

Nas duas concepções modernas da democracia e da sociedade – liberal e republicana - a questão da cidadania é enfocada de forma deferente nas visões dos gregos, para a constituição da sociedade civil e do Estado. Se, para os gregos, a essência do homem é a racionalidade e o pensamento filosófico, para os modernos é a liberdade. Enquanto para os gregos, a cidadania atrela-se ao exercício do conhecimento filosófico, para os iluministas, a razão está atrelada ao trabalho e nascimento das ciências naturais (Ribeiro, 2002).

O trabalho atrelado ao nascimento da ciência, portanto, significa uma ruptura com o pensamento grego que dá ao homem burguês a justificativa moral e política sobre a sociedade e o Estado, com base num contrato social entre indivíduos livres que buscam a paz e a *segurança* (Hobbes), a *defesa da propriedade* privada (Locke), ou para gerar as condições de sociabilidade buscando o equilíbrio que garante a “*vontade geral*” da maioria (Rousseau), o que distingue Rousseau em relação aos anteriores contratualistas que vêem o contrato social como gênese da sociedade civil, em que os indivíduos garantem por meio de um contrato os seus direitos de participarem na vida pública. (Bobbio, 1982).

⁴ Segundo Gramsci (1991, p. 32), entende-se por sociedade civil um conjunto de organismos privados responsáveis pela elaboração, organização e difusão das ideologias.

Nesse sentido, a cidadania para os contratualistas e/ou iluministas opõe-se ao estado de natureza em que o homem vivia sem as leis da razão. As sociedades étnicas - exemplificadas com os índios norte-americanos - encontram-se, nessa concepção, na fase primitiva da humanidade, isto é, são sociedades onde impera o estado de natureza selvagem sem “leis contratuais”. Como os grupos étnicos que hoje fazem parte da sociedade civil – excluídos da cidadania desde Antiga Grécia até a modernidade – podem conquistá-la?

A visão liberal e pluralista resulta da teoria formulada por Weber e Shumpeter, que desenvolveram uma teoria democrática em contraposição ao modelo clássico da democracia direta, num contexto marcado pelo advento de partidos de massa na sociedade industrial, no qual o sistema de produção e da economia tornou-se o problema central da época (Bottomore, 1981).

A democracia direta, para Weber, só seria possível e viável em sociedades pequenas e relativamente simples. Em sociedades complexas e diferenciadas, como a moderna, o governo direto do povo está fora de questão, sendo substituído pela democracia representativa. Em sua opinião, isso significa que o povo deve ser desprovido de qualquer forma de poder ou controle externo sobre as decisões tomadas por elites governamentais, já que a posse dos meios de administração tornava fácil estabelecer acordos políticos (Bottomore, 1981).

Shumpeter entende a democracia como procedimento minimalista que tem pouco ou nenhum valor substantivo. Segundo ele, a democracia é um “método político, isto é, certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política, incapaz de ser um fim em si mesmo” (Shumpeter, 1961, p. 295).

A capacidade de indivíduos selecionarem seus representantes (líderes), por meio de um simples ato do voto, é a condição essencial para considerar um país de democrático. A insistência no minimalismo procedimental implica o abandono da democracia como um ideal. Como observa Amy Gutmann, a interpretação de Shumpeter “deixa-nos sem nenhuma razão para saber se um sistema é “democrático” ou não (Gutmann, 2005, p. 08).

Para os critérios shumpeteriano, a Guiné-Bissau pode ser considerada uma democracia. Isso porque, para Shumpeter, as regras procedimentais de seleção de líderes para o governo através de eleições periódicas - que não são mais novidades no continente africano e na Guiné-Bissau em particular - é a condição *sine qua non* para um regime ser considerado democrático. As questões de interesse nacional, na visão shumpeteriana, não precisam ser discutidas coletivamente, uma vez que a massa (estouro da boiada) é incapaz de propor iniciativas ou propostas inovadoras no mundo político.

Cabe à elite, de forma racional, tomar as decisões políticas dentro das regras de jogo democrático. Daí surge a ideia segundo a qual as transições democráticas são jogos estendidos a todos os jogadores e a democracia tende a constituir-se como resultado do próprio jogo político. Quais são as conjunturas e os valores que garantem o sucesso ou insucesso do jogo democrático? Qual é o grau de incorporação dos valores e das regras do jogo nos países constituídos por forças sociais e políticas que não pautam seus interesses necessariamente dentro dessas mesmas regras? Quais são os obstáculos à própria democratização da Guiné-Bissau?

Shumpeter não aceita nenhum tipo de controle externo por parte da sociedade e considera de anti-democrático qualquer ação política que não seja via Parlamento. Assim, acreditava que a competição pela liderança é a característica distintiva do método democrático (Pateman, 1992). O que nos parece crucial, no caso guineense, é o fato das decisões políticas das elites governamentais, que emergiram da luta de libertação e durante o processo de democratização, mostraram-se insuficientes com a crescente proliferação de demandas democráticas e acirramento de conflitos sociais fora do Parlamento. Esse problema se agrava ainda mais pelo fato de que o exercício da política e da prática democrática se confunde com a legitimidade da luta de libertação (Cardoso, 2002 p. 19).

A compreensão da essência da teoria de Weber e Shumpeter pode ser um bom caminho para o entendimento das teorias democráticas contemporâneas, uma vez que a concepção

hoje hegemônica da democracia minimalista foi elaborada, em grande medida, dentro do quadro estabelecido por Weber e Shumpeter e baseou-se em suas definições da democracia.

Robert Dahl (2005) é um desses autores que baseou sua definição da democracia dentro do parâmetro weberiano e escopo shumpeteriano, ainda que de forma diferenciada. Ao contrário de Weber e Shumpeter, Dahl acredita que a manutenção da democracia não depende de regras processuais, mas seja fruto de cálculo de custos e benefícios feitos por opositores político em conflito.

Neste sentido, o equilíbrio de forças políticas, tal como pretendia Rousseau -, é fundamental para o funcionamento democrático. Diz Dahl (2005 p. 68): “a tolerância se reinará e se estenderá apenas entre grupos que não provocaram, mutuamente, dano grave”. Assim, os custos da intolerância podem ser reduzidos pelas garantias mútuas contra a destruição ou outros tipos de danos. A tese do autor é de que o pluralismo e a competição reduzem os obstáculos à participação de minorias, abrindo espaço para a contestação política.

Nessa concepção, a democracia envolve duas dimensões fundamentais: *contestação* e *participação*. Apesar de ter chamado atenção pela necessidade do pluralismo democrático, Dahl, tal como em Weber e Shumpeter, não aceita atribuir um peso maior ao controle externo da sociedade, mas a ampliação da participação das minorias nas decisões políticas. A participação a que Dahl se faz referência restringe-se na defesa de interesses individuais das elites como se fosse coletivo.

Além de mostrar o seu conservadorismo democrático com a idéia de controle externo, Dahl coloca o consenso e o treinamento social por meio da família como condições necessárias para um sistema *poliárquico*, mas não conseguiu mostrar em que consiste esse treinamento, nem forneceu qualquer sugestão que tipo de treinamento pode ou não ser produzido por um determinado tipo de sistema de controle (Pateman, 1992).

Concordando em grande parte com os argumentos defendidos por Weber, Shumpeter (1961) e Dahl (2005), para autores como Huntington (1994), Przewoski, (1998), Przewoski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1997), a democracia é um regime onde os cargos no governo são preenchidos através de eleições competitivas e livres.

Neste caso, as transições para a democracia são, portanto, jogos políticos racionais estendidos a todos os cidadãos adultos na formação das instituições representativas através de eleições periódicas e competitivas.

A concepção de democracia defendida por Weber, Shumpeter (1961), Dahl (2005), Huntington (1994), Przewoski, (1994), Przewoski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1997) enquadram-se na definição minimalista⁵ da democracia que defende eleições periódicas, sufrágio inclusivo e o “direito” de qualquer um candidatar-se a cargos eletivos.

Para os teóricos da democracia minimalista, a participação e o controle externo não têm um papel central no método democrático procedimental-representativo. Por isso, a definição processual da democracia é pouca esclarecedora para os dias atuais, por não oferecer uma solução teórica para a questão substantiva da própria democracia (Amy Gutmann, 1996).

Esse argumento aplica-se o caso guineense e da África em geral, onde os processos de democratização não geraram as condições substantivas da democracia e nem aliteraram as heranças negativas do Estado colonial que foram mantidas em outras formas pelo *antigo regime* durante a transição à democracia.

No caso da África, Bratton e Walle (1997), acreditam que a herança institucional dos países africanos é que influencia as transições para a democracia no continente. Segundo esses autores, a democracia tem mais chance de sucesso em regimes com certa experiência de competição política. Assim, a intolerância e a falta de uma sociedade civil articulada são os

⁵ Uma definição minimalista é quando todas as propriedades ou características de identidade não disponíveis a sua identificação são apresentadas como propriedades variáveis, hipotéticas, e não como propriedade de definição. Ver Sartori (1982, p., 84).

motivos para o fracasso das transições democráticas na África, razão pelas quais as democracias têm pouca chance de sucesso no continente onde sobrepõe o poder militar.

O caso da Guiné-Bissau parece enquadrar-se na tese de Bratton e Walle. No entanto, se a democracia não restringe-se apenas à competição política e eleitoral, apesar de ser uns dos elementos importantes, faz-se necessário perguntar que concepções sobre democracia, produzidas nos embates das organizações sociais (ou étnicas), podem apontar para uma outra realidade para soluções dos problemas enfrentados pela sociedade civil guineense?

É importante, ainda, considerar a influência do sistema do governo e do sistema partidário no curso da transição democrática. Para Lins e Stepan (1987), no sistema presidencialista⁶, o candidato derrotado é excluído e supostamente não será membro da oposição na casa legislativa. Sobre o sistema partidário, ressalta-se a dificuldade dos partidos políticos na formação de opinião pública (Schewarzenberg, 1979 apud Petersen, Corsetti, Pedroso e Ulrich, 1988, p. 101). No caso específico da Guiné-Bissau, a frágil institucionalização de partidos políticos, sem implantação na sociedade e de perfil ideológico indefinido explica, em parte, o insucesso das organizações partidárias em estabelecer o vínculo com forças sociais.

Ainda sobre Guiné-Bissau, ao analisar os limites do processo de transição democrática em curso no país, Fafali Koudawo (1996, p. 69), pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa retoma, numa única pergunta, o debate sobre as pré-condições necessárias para construção democrática: “o que é a sociedade civil num país que não teve tradição pluralista na sua história recente?”⁷. O mesmo Koudawo aponta os *grupos de Mandjundade*

⁶ O governo presidencialista surgiu nos Estados Unidos após sua independência, em 1787, através dos constituintes que, reunidos em Filadélfia, redigiram a Constituição dos Estados Unidos da América. Entre as inúmeras atribuições de um Presidente norte-americano estariam: a regulamentação da economia, autorizar subvenções, aprovar ou não, fusões de empresas, baixar ou aumentar tarifas, firmar contratos e regulamentar o crédito (Polsby, eput Petersen, Corsetti, Pedroso e Ulrich, 1988, p. 84). Daí o receio de Lins e Stepan sobre o sistema presidencialista em relação ao poder concentrado no Presidente, ainda que o Congresso (ou Câmara) tenha algumas atribuições constitucionais.

⁷ Essa pergunta aproxima-se do argumento defendido pelos *teóricos da modernização* que falava da necessidade de se cumprirem certas precondições para que, de forma adequada, o processo de democratização pudesse ocorrer. Só quando essas condições (culturais e sociais) estivessem bem estabelecidas em decorrência de certo modelo de desenvolvimento econômico (aí se inclui também a cultura política liberal), a democracia

como instâncias informais de solidariedade que insurgiram contra o autoritarismo do PAIGC. Esses grupos assumem, aqui, como agentes com a capacidade política de articular um Estado governável de forma minimizar as clivagens étnicas e regionais, ao mesmo tempo em que corrigem ou tentam corrigir os paradoxos da democracia eleitoral, que abre espaço para grupos étnicos majoritários assumirem o controle do Estado por causa do seu aspecto soma zero⁸.

Além disso, a presença de mandjundades - enquanto forças sociais coletivos - podem colaborar para minimizar os sucessivos golpes de Estado no país onde as Forças Armadas são controladas por grupos étnicos majoritários⁹ que inibe o pluralismo e incentiva o continuísmo das práticas patrimonialista e clientelistas predominantes no cenário político guineense e, desse modo, influenciar de modo decisivo a configuração da agenda pública.

Até aqui foi examinado o fundamento da democracia e da cidadania moderna. Pela análise dos seus pressupostos, destacou-se a sua tendência tradicionalmente individualista e elitista que limita a participação política ao jogo processual, ao mesmo em tempo que abre espaço para grupos sociais majoritários assumirem o controle de poder. No tópico seguinte, será iniciada a análise das mudanças políticas que ocorrem na África com a transição à democracia.

poderia emergir em países como a Guiné-Bissau. Outros autores ressaltam a dimensão política, a intervenção e estratégias de elites e os obstáculos inerentes à própria democratização.

⁸ Soma zero é quando um partido ou candidato que ganha às eleições leva a maioria das cadeiras na casa legislativa e com isso exclui a participação das minorias dentro do aparelho do Estado.

⁹ Vale lembrar que na Guiné-Bissau, os contingentes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Área) são, majoritariamente, oriundos da etnia Balanta, que fora a principal mão de obra e braço direito de Amílcar Cabral na luta de libertação nacional contra o domínio de Portugal. Isso só foi possível, na avaliação de Cabral, em função da estrutura *horizontal* da sociedade Balanta (Cabral, 1978). Não obstante o papel da etnia Balanta na luta de libertação e no processo da “unidade nacional”, a história política recente da Guiné-Bissau está marcada por reivindicação de grupos étnicos que alegam serem excluídos na divisão de cargos durante o governo de Luís Cabral (1974-1980) e de João Bernaldo Vieira (1980 e 1998). Esse tratamento desigual sofrido por pessoas pelo fato de pertencerem determinados agrupamentos étnicos continua ainda hoje presente na memória política guineense.

TRANSIÇÃO DE AUTORITARISMO PARA A DEMOCRACIA NA ÁFRICA.

As experiências das transições políticas na África são exatamente as dos países que recentemente saíram formalmente de regime mono-partidário, como o caso de Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé, que vinham de uma longa história de mono-partidarismo, realizaram suas primeiras eleições em 1991. Estes últimos, que não conheceram nos seus territórios lutas de libertação nacional são vistos como casos típicos do sucesso do pluralismo político na África portuguesa (Jaurará, 2004) quando comparado com Guiné-Bissau onde o alto grau de controle dos herdeiros do *antigo regime* e a influencia militar na política domestica prevaleceram (Koudawo 2001). Evidencia-se um aspecto comum, a saber, a *dependência externa*.

A Angola realizou suas primeiras eleições pluralistas em 1992, que reconduziu elegeu presidente via eleição José Eduardo dos Santos, líder do MPLA (Movimento para a Libertação de Angola). General Jonas Savimbi, líder da UNITA (União Nacional para a Independência Total da Angola), recusou reconhecer o resultado do pleito recorrendo-se à guerrilha armada que culminou na sua morte em 2000. Recentemente, em setembro de 2008, o país teve a sua segunda experiência com a democracia, realizou eleição para o governo que reconduziu o MPLA no poder, que há mais de uma década dirige o país.

A República Democrática do Congo (anteriormente conhecida como Zaire) decidiu entrar no caminho da democracia, realizou suas primeiras eleições gerais e multipartidárias em 1992. Esse processo foi solapado em 1997 depois de uma sangrenta guerra civil, concluído em 2002 com a realização de eleição presidencial.

No caso específico da Guiné-Bissau, o processo começou um pouco mais tarde. Em 1990 teve início o processo de liberalização do regime com o surgimento de partidos políticos de oposição em 1991. Em 1994 o país realizou, em dois turnos, suas primeiras eleições pluralistas que reconduziu ao poder via eleitoral João Bernaldo Viera do PAIGC. Esse processo democrático foi interrompido após um levante militar em 1998, retomado em Novembro de 1999, concluído em Janeiro de 2000.

.

Não obstante as realizações das primeiras eleições pluralistas na África, cenários de conflitos políticos e étnicos e os processos de transições democráticas africanas não produziram efeitos desejados, tanto do ponto de vista político como social e econômico.

No campo político, assistiu-se a uma tendência de tentativas de instalações de regimes autoritários, o que muitas das vezes significou a repressão de qualquer forma de contestação ou visão contrária aos regimes instalados, por exemplo, Angola, Zimbábue, Moçambique, Zaire, Libéria, Ruanda, Burundi e Guiné Bissau, contribuindo para criação de um ambiente social e político cada vez mais difícil e instável.

No aspecto social, as sucessivas elites governamentais não conseguiram promover práticas governativas que encorajassem o desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico ao alcance de todos, dada à instabilidade interna e luta pelo poder entre diferentes atores políticos, resultado de um baixo nível de governabilidade, bem como a ausência de um ponto nodal de convergência e de equilíbrio de poder entre a sociedade política e a sociedade civil que pudesse encorajar o pluralismo e a consolidação das instituições sociais e políticas democráticas.

No caso específico de Guiné-Bissau, após a independência oficial contra o colonialismo português, em 1974, a perseguição com tortura acompanhada de matança de adversários, como normalmente acontece nos regimes autoritários, era uma prática do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Um caso paradigmático é o de 17 de Outubro de 1986, que gerou uma crise profunda no interior da sociedade política e da sociedade civil guineense¹⁰.

Essa maneira de fazer política do PAIGC foi mantida em outras formas durante a democratização pelo o governo do PRS (Partido da Renovação Social). Os casos mais graves são aqueles em que o governo tentou restringir a liberdade de expressão, da imprensa e de associação, que são condições indispensáveis ao pluralismo político.

¹⁰ O caso 17 de Outubro de 1986 ficou marcado pelas apreensões acompanhadas de matanças de altos dirigentes do PAIGC, entre eles, Paulo Correia e Viriato Pã, acusados de tentativa de golpe de Estado contra o governo de João Bernardo Vieira.

A mais celebre ação política do governo do PRS consistiu na atribuição de altos cargos-chaves no governo, tendo como critério afinidades étnicas e regionais, o que denominamos aqui de *etnização do poder*. É plausível afirmar, portanto, que tanto o governo do PAIGC quanto o do PRS mantinham um aparato repressivo contra qualquer forma de contestação ou visão contrária aos seus interesses político-partidários de permanecer no poder, práticas inaceitáveis numa democracia do tipo liberal.

Na Guiné-Bissau, as regras processuais da democracia eleitoral foram rapidamente instituídas, mas a incorporação delas por parte do Estado e da sociedade civil continua problemática e difícil. No momento em que o país marcou suas primeiras eleições livres, a transição para a democracia estava fadada ao fracasso. Isso porque os líderes políticos apelaram para os votos da forma mais sensível aos eleitores: votam em mim porque sou da região *Norte* e não votam nele porque é filho do *Sul*. O que veio em seguida foi o recrudescimento das clivagens étnicas e regionais. Desta forma a democracia liberal não poderia sobreviver sem algum grau de aceitação sobre as *regras de jogo* por parte dos grupos étnicos que constituem uma base importante de estabilidade institucional sem a qual a democracia eleitoral não pode funcionar.

A democracia eleitoral foi vista na Guiné-Bissau pelos diversos líderes e grupos sociais de etnias majoritárias como a oportunidade para impor a sua própria agenda dentro do governo. Como afirma Reynolds (1997), no sistema presidencialista africano os presidentes tendem a ser pressionados pelas diferentes etnias e diversos interesses regionais e pode ter incentivos para oferecer privilégios aos seus grupos étnicos e regionais como a forma de garantir a eleição ou reeleição. Como consolidar as regras de jogo democrático sem abrir mão dos valores multi-cultural e multi-étnico que constituem a sociedade guineense? Se, por um lado, é importante certo grau de “unidade” e identidade nacional, sem a qual tornar-se-á difícil a configuração de qualquer sociedade, por outro lado pode servir de justificativa para excluir a participação de minorias nas questões de interesse público.

Essa dificuldade em articular as diferenças numa cadeia de equivalências tem gerado o autoritarismo na Guiné-Bissau, embora o país tenha experimentado a democracia, uma

democracia que incorpora métodos processuais de seleção de líderes para governo, ao mesmo tempo em que reserva formas anti-democráticas de controle das instituições da República. A crise da democracia eleitoral parece instalar-se na Guiné-Bissau. Por causa disso é que desde que o país adotou as regras do jogo da democracia liberal, em 1994, nenhum governo ou presidente democraticamente eleito conseguiu terminar o seu mandato devido os sucessivos golpes de Estado e exclusão da sociedade nas questões de interesse nacional.

OS CONFLITOS POLÍTICOS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU.

A história política guineense, historicamente, tem sido marcada por conflitos políticos e exclusão da sociedade no usufruto da riqueza, de acesso a bens de consumo e de satisfação das necessidades básicas essenciais. Impulsionados pelo desejo de subjugar outros povos e culturas para melhor explorá-las e dominá-las, o imperialismo português decidiu lançar mão de prática racistas e colonialistas que negavam a cultura dos grupos étnicos vistos pelo governo de Portugal como “primitiva”¹¹.

Essa marginalização gerou resistências de grupos sociais que facilitou, ainda que de forma incipiente, o surgimento de movimentos nacionalistas de libertação nacional, entre eles, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), de Amílcar Cabral, a FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné), de François Kankoila Mendy, a ULG (União para a Libertação da Guiné), de Ibrahim Djaló, a UNGP (União Nacional da Guiné Portuguesa), de Benjamim Pinto Bull, e o PSG (Partido Socialista da Guiné), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e quadros, entre outros motivos.

Esses movimentos tiveram que enfrentar conflitos ideológicos quanto à forma e os caminhos que deveriam ser seguidos entre visões *nacionalistas* e posições *pan-africanistas* defendidas em Gana, na Conferência dos Povos Africanos sob liderança de Kwame

¹¹ Não desconsideramos a política de Guiné Melhor instituída pelo governo colonial que visava, entre outras coisas, “valorizar” as tradições pré-colônias para melhor subjugar-las. Para articulação dessa política foi instituída o Congresso do Povo da Guiné (Fernandes, 1993, p. 43).

N´Krumah, em 1958, na qual foi sugerida a criação de um Parlamento africano e de uma moeda única para uma sonhada “*Estados Unidos da África*”. Apesar da proliferação de movimentos nacionalistas nesse período, apenas o PAIGC conseguiu articular uma vontade coletiva em torno de um projeto político único: unidade entre os povos da Guiné e Cabo Verde (Havik, 1999).

Após um longo período de exploração colonial dos territórios da Guiné e Cabo Verde, em novembro de 1963, o partido inicia a luta após uma ampla mobilização e conscientização das massas na zona rural do país. Nessa região, o PAIGC mantinha um maior controle social e influencia política entre a população camponesa que mais apoio a luta de libertação.

Em 1973, o PAIGC proclamou, de forma unilateral, a independência e proclama uma República e busca o reconhecimento internacional. Em 10 de setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas em África a alcançar o estatuto de um país livre no continente.

A Revolução dos Cravos em Portugal, que derrubou o governo de Marcelo Caetano, em 25 de abril de 1974, em resposta ao descontentamento dos oficiais com a derrota nas ex-colônias portuguesas - principalmente na Guiné-Bissau - foi o fim de uma longa ditadura e o começo de um amplo movimento de democratização, contestação e enfrentamento entre diversas forças políticas que o regime salazarista havia reprimido, tanto na Guiné-Bissau como em Portugal.

Após a independência oficial da Guiné-Bissau, em 1974, o PAIGC passou a controlar toda a vida social, política, cultural e econômica do país. O artigo 4º da Constituição da República de 1973 definia o partido como a única força política e o dirigente máximo da sociedade e do Estado.

O primeiro Presidente indicado pelo PAIGC, Luís Cabral, em 1974, foi deposto através de um golpe de Estado, em 1980. Este golpe, que fora liderado pelo comandante de guerra, João Bernardo Vieira, atual Presidente da República, defendia como justificativa preservar a memória do passado pré-colonial como contraponto à “industrialização” defendido pelo anterior governo (Augel, 2007).

Outra justificativa era de que o golpe de Estado seria uma forma de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, que detinham cargos-chaves no governo para devolvê-los aos “tradicionais” combatentes guineenses. O novo discurso nacionalista de 1980 teve desta vez, o apoio das autoridades étnicas tradicionais e tornou-se uma das formas de identificação nacional, (Fernandes, 1993).

Após três anos no poder como Presidente eleito via eleição em 1994, Vieira foi deposto por um novo golpe de Estado liderado, desta vez, por Ansumane Mané. Mané foi combatente do PAIGC na luta contra o colonialismo português e desempenhou as funções de Chefe de Estado-Maior do Exército no governo de Vieira até ser acusada pelo Presidente da República de tráfico de armas para a guerrilha de *Casamansa*, região fronteiriça do Senegal. Para restabelecimento da democracia foi necessária a negociação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e dos demais países da sub-região Oeste África.

Ressalta-se que a derrubada de Vieira contou com o apoio dos militares de etnia Balanta que representava na época 24% do total da população nacional e era a principal colaboradora de Amílcar Cabral durante toda a luta contra o domínio de Portugal na Guiné-Bissau. Excluídos na divisão de cargos nos sucessivos governos de Vieira, reforçado pelo assassinato de dois dos seus principais líderes políticos, Viriato Pã e Paulo Correia, em 1986, os Balantas deram um vasto apoio a Ansumane Mané na derrubada do Presidente.

Em 2000, o General Mané foi assassinado por um grupo de militares logo após as segundas eleições que elegeu Presidente o líder do PRS, Kumba Yalá. Trata-se de um conflito de poder pelo controle de Estado entre os militares representados pelo General Mane, e o

poder político instituído democraticamente sob liderança do presidente Yalá misturado com disputas étnicas.

Dada a fragilidade política do país e dos partidos políticos de oposição, que não têm sido capazes de canalizar as demandas sociais junto ao Estado, a sociedade civil guineense começou a ganhar a vitalidade no cenário político nacional.

Em 14 de Setembro de 2003, a política de golpe de Estado na Guiné-Bissau fez-se novamente presente quando Yalá, eleito democraticamente em 1999, foi deposto da Presidência da República pelo Chefe do Estado Maior, Veríssimo Seabra, sob a acusação de corrupção, do uso arbitrário do poder e da promoção de intrigas entre diferentes grupos étnicos no interior das Forças Armadas como forma de se manter no poder. Este golpe - à semelhanças dos de 1980 e 1998 - dividiu profundamente as Forças Armadas Nacionais cujas consequências ainda hoje testemunhamos nas disputas políticas entre diferentes líderes e grupos sociais. É plausível dizer que a destituição do Presidente Yalá explica-se, em grande parte, pelo conflito de competência entre o poder civil e o poder militar.

Em 06 de outubro de 2004, Veríssimo Seabra, que foi o autor do golpe contra o governo de Yalá, foi assassinado por um grupo de militares que participaram do programa de paz da ONU, na Libéria, acusado de corrupção e promoção arbitrária no interior das Forças Armadas. Para o sociólogo Hugo Monteiro (2004), o assassinato de Seabra não passa de um ajuste de contas nas Forças Armadas pela deposição do Presidente Yalá em 2003.

Percebe-se, por outro lado, que as clivagens étnicas dentro das Forças Armadas e a luta pelo poder entre os oficiais militares tinham também uma dimensão simbólica: a colocação nas patentes militar dos dois ramos de arroz, principal produto de consumo nacional, cujos produtores majoritariamente são oriundos da etnia Balanta, foi entendida como uma demonstração de hegemonia Balanta dentro das Forças Armadas sob proteção do PRS, então governo (Diário de Bissau, out. 2003, p. 13).

Ressalta-se que não foram apenas os líderes políticos e militares de etnia Balanta que tiraram ou tentaram tirar proveito étnico durante a democratização. A Coligação Partidária União Eleitoral, majoritariamente da etnia Mandinga e Fula procurou, sem sucesso, manter a supremacia eleitoral no processo democrático apelando voto nas suas regiões, mas os resultados eleitorais não foram os esperados.

Também durante o conflito militar de 1998, a juventude da etnia Papel da região de Biombo¹² deu um vasto apoio na manutenção do presidente Viera no poder, também da mesma etnia. Por conta disto, a expressão *etnização de poder* distingue-se do termo “*balantalização*” por desconsiderar o peso político de outras forças étnicas que disputam espaços na arena política onde desenrola a luta hegemônica¹³.

Em 2006, o país conheceu uma “suposta” tentativa fracassada de golpe de Estado, desta vez marcada para o dia da “reconciliação” no interior das Forças Armadas. Esse fato resultou no assassinato do Comodoro Lamine Sanha, da etnia Mandinga e homem próximo de Ansumane Mané - assassinado em 2000. Esse acontecimento provocou o confronto entre forças policiais e juventude do Bairro Militar, que manifestaram publicamente seu descontentamento pela forma como Sanha foi assassinado.

¹² Os jovens da etnia Papel da região de Biombo juntaram-se aos homens leais ao Presidente Vieira temendo aproximação do General Mané com a etnia Balanta.

¹³ Este argumento é corroborado pelos dados coletados numa pesquisa de 2007, em que foi analisada a “*sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006*”, disponível em: <http://www.didinho.org>. Os dados eleitorais demonstram, por exemplo, que o candidato João Bernaldo Viera, da etnia Papel da região de Biombo, sempre teve um desempenho surpreendente em todos os pleitos que ele concorreu como candidato ao cargo do Chefe de Estado. O mesmo aconteceu nos círculos eleitorais da região de Cacheu, da etnia Manjaca. Nessa região, o candidato João Tatis Sá - do mesmo grupo - teve um desempenho significativo. Nas primeiras eleições de 1994, no bojo da estratégia da devolução da autoridade tradicionais aos regulados como forma de manter a supremacia eleitoral, o PAIGC indicou *Paulino Gomes* como regulo Manjaco. Na região de Leste foi indicado pelo partido *Aladje Mané*, atual Presidente da Comissão Nacional de Eleições (Fernandes, 1993, p. 48). Amílcar Cabral, ainda que não desconsidere a existência de conflitos, deixa-nos entender que não eram de natureza étnica. Em sua análise, Cabral afirma: a única contradição que existia, no *campo*, era de natureza prática da luta pela sobrevivência, entre elas, o roubo de gado e a disputa de terra, e, na *cidade*, entre cabo-verdianos e guineenses, pela melhores posições no Estado. Dizia mais: esses últimos, a elite urbana, no fundo, queria comer cabritos ao lado de tugas portuguesas (Cabral, 1978, p 126). Se fossemos fazer um paralelo com Cabral diríamos hoje que: com a saída de tugas portuguesas, os diferentes grupos étnicos historicamente excluídos na divisão de cargos no Estado hoje estão dispostos a saborear o gosto do cabrito.

Em 2008, o Comandante-Geral da Marinha, o almirante Bubo Nachut foi acusado pelo atual Presidente da República, João Bernardo Vieira¹⁴, de tentativa fracassada de golpe de Estado contra o seu governo, somada à acusação de que o Bubo Nachut estaria utilizando as Forças Armadas e uma parte do território nacional para o tráfico internacional de drogas.

A influência militar na política guineense dava-se praticamente em todos os órgãos do Estado. Os militares assumiram posições estratégicas nos governos civis durante a democratização, o que dificultava a ruptura com o passado autoritário do antigo regime.

Em suma, pode-se dizer que o processo de transição democrática tem se dado num quadro de baixa institucionalização, no qual ainda não foi estabelecido o controle civil sobre os militares, tampouco o respeito às regras de jogo eleitoral.

Admitindo-se que a democracia eleitoral custou à própria democratização da Guiné-Bissau, resta-se perguntar qual seria a alternativa dentro da atual configuração étnica e regional com potencialidade para o aprofundamento do pluralismo democrático? Que papel é reservado aos grupos de Mandjundade¹⁵, nesse processo?

Para responder estas questões, precisamos olhar para além da noção da cidadania moderna que tem subjacente uma concepção de sociedade civil para dar sentido a nossa crítica à democracia eleitoral, porque a ausência de uma sociedade civil articulada é frequentemente utilizada para justificar o insucesso da democratização na África, particularmente no caso de Guiné-Bissau onde se sobressai às sociedades étnicas.

¹⁴ Vieira retornou ao poder via eleição em 2006, depois de um longo período de exílio político em Portugal.

¹⁵ Com mais de 100 anos de existência, Mandjuande consiste em pessoas da mesma faixa etária, reunidas para a confraternização, danças e outras manifestações tradicionais com o objetivo de estreitar laços de solidariedade (Bull, 1989, p. 171).

UMA ALTERNATIVA

Até aqui a análise restringiu-se aos limites da noção da cidadania grega e moderna e da democracia eleitoral para dar conta das questões substantivas da própria democracia, particularmente em contextos como o de Guiné-Bissau.

Se analisarmos a cidadania do ponto de vista da cultura política das sociedades “modernas” ocidentais, os grupos de Mandjundade - pelo menos no caso da Guiné-Bissau - parecem configurar-se de forma distinta. Mas se analisarmos a cidadania no seu sentido ampliado, como prática social, econômica, política e cultural historicamente construída que retrata a forma típica de solidariedade e de concepção do mundo de uma dada sociedade, os grupos de Mandjuandade também podem ser considerados partes integrantes da sociedade civil, ainda que sua estrutura apresentar-se de forma diferente das sociedades capitalistas.

Como instâncias informais da coesão social e da solidariedade que insurgiram contra o autoritarismo do Estado colonial e do governo do PAIGC, os Madjuandades são formados por um Rei, uma Rainha, um Merinho ou Merinha, um soldado, um Cordeiro e um Djidiu. Todos possuem funções específicas dentro do grupo.

Assim, uma Rainha ou um Rei são chefes do grupo e, em caso de rituais, festas de aniversários ou casamento determina o montante a ser pago pelos soldados (elementos do grupo), para realizações de eventos. O Cordeiro é mensageiro da comunidade. O Djidiu é animador do movimento com suas canções de dito.

Já os soldados, embora não terem uma função específica no interior do grupo, sempre que necessário, são convocados para qualquer atividade que o Cordeiro não se dispõe a realizar.

Como um movimento cultural nacional, os Mandjuandades retomam as tradições do passado e passam a ser incorporada também pelo movimento de jovens em que reflete a solidariedade da vida cotidiana.

As canções (ditos) de Mandjuandades portam sempre conteúdos sociais, políticos, culturais e econômicos que demonstram de alguma forma a resistência e a insatisfação da sociedade contra qualquer comportamento de exclusão, da discriminação e da perseguição política.

Nas festas, os Mandjuandades cantam canções de ditos, que podem parecer despercebidos, uma vez que os membros do grupo não podem manifestar suas indignações de forma direta com receio de serem reprimidos pelo governo que, apesar de incorporar alguns procedimentos democráticos processuais, não conseguiu desfazer-se dos legados autoritários. Estas práticas se manifesta, seja pelos sucessivos golpes de Estado, seja ainda pelas intimidações de civis.

Além da sua dimensão política e cultural, os Mandjuandades também têm um viés pedagógico; é um lugar não só de entretenimento, mas de ensinamento, de troca de conhecimentos, de experiências e de solidariedade. Um ponto importante que também merece ser mencionado é o fato de Mandjuandades configurar-se como um movimento nacional de convergência de vários grupos étnicos e regionais que expressam o vínculo de solidariedade e de identidade nacional por meio do *crioulo*, a língua comum nas cidades e tabancas (aldeias) e, dessa forma, tornando viável a comunicação entre diferentes grupos étnicos.

Outro aspecto de extrema importância é o fato do português, apesar de ser a língua oficial da sociedade e do Estado, não é a primeira língua de comunicação entre os guineenses, o que viabiliza ainda mais o papel político dos grupos de Mandjundade que têm no crioulo como a segunda língua de comunicação, a seguir das línguas étnicas.

Razões pelas quais a presença desses grupos deixa em aberto a possibilidade, em termos de projeto de pesquisa, de configurar-se como uma alternativa ao conceito da cidadania e ao paradoxo da democracia eleitoral, isto é, sobre a possibilidade de constituir-se um ponto nodal da convergência das demandas étnicas que articula não propriamente uma unidade, mas uma rede governável que possibilite o convívio democrático, a ampliação da democracia respeitando as especificidades e superando os pré-conceitos.

A partir dessa proposta fundar-se-á o que poderíamos denominar da *democracia dos grupos de Mandjuande*, uma democracia que incentivaria à participação política de minorias e reconheceria os direitos sociais, jurídicos, culturais, econômicos e políticos mais amplos e se legitimaria na *democracia do cotidiano*. Nesta acepção, a democracia dos grupos de Madjuandades seria concebida como um processo a ser vivenciado além de regras processuais formais, ou seja, uma visão de democracia como possibilidade de articulação de diferentes demandas nos níveis locais, regionais e nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Foi verificado, no decorrer deste trabalho, o limite da democracia procedimental-eleitoral. Pelos seus fundamentos, destacou-se sua insuficiência teórica para questões substantivas da esfera pública. Essa insuficiência ficou mais clara no caso guineense, fortemente marcado por demandas de grupos étnicos historicamente excluídos de direitos da cidadania.

O exame da história política recente da Guiné-Bissau mostrou-se que a institucionalização das regras do jogo democrático como via para a melhoria das condições básicas, o exercício da cidadania e resolução de crises sociais e econômicas via institucional, não geraram resultados esperados, pelo contrário, intensificaram-se a violência, a criminalidade e os golpes de Estado misturado com disputas étnicas. Isso nos leva a um segundo argumento defendido ao longo do texto, segundo o qual as regras procedimentais da democracia liberal não conseguiram avançar na mediação das questões substantiva que afetam, indubitavelmente, o interesse e a constituição da sociedade.

Quanto à herança grega da cidadania mantida em outras formas pelo pensamento iluminista da modernidade, enfatizou-se o seu paradoxo para os grupos étnicos que hoje fazem partida da sociedade civil como via de acesso à emancipação e à cidadania. O pensamento grego e moderno, de modo geral, exclui as etnias como se elas não fizessem parte da sociedade civil, constituindo entrave na conquista da própria cidadania. Essa visão da cidadania

moderna de alguma maneira foi incorporada na prática política dos dirigentes do PAIGC para justificar a institucionalização do Estado e da identidade nacional.

Assim, é plausível dizer, resumidamente, que há um profundo distanciamento entre a lógica formal da democracia minimalista e o modo pelo qual se dá a luta democrática na Guiné-Bissau. Isso se deve, em grande parte, não apenas pela ausência de projetos políticos de boa governança por parte das elites governamentais, um vetor que contribuiria, sem dúvida, para a consolidação democrática, mas pela negligência das especificidades do país e à exclusão das comunidades étnicas, as quais, indubitavelmente constituem a sociedade guineense.

A valorização do papel político dessas comunidades pode constituir-se, em termos de projeto político, uma alternativa para articular, ainda que de forma contingente, uma rede governável das demandas étnicas e regionais, ao mesmo tempo em que valoriza as especificidades do país, podendo assim abrir espaços para realização de futuras pesquisas área de sociologia política guineense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. A África subsaariana. In: AMIN, Samir e HOUTART, François (ogs.) *Mundialização das resistências: o estado das lutas* 2003. São Paulo: Cortez, 2003.

AMIN, Samir. État, nation, ethnie et minorités dans la crise. Quelques aspects de la critique de l'idéologie de la nation et de L'ethnie. In: *Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: INEP, 1989.

AUGEL, Moema. *O desafio de escombros: Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro, 2000.

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

BRATTON, Michel e WALLE, Nicolas Van. *Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective*. New York: Cambridge University Press, 1997.

BULL, Benjamim. *O crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria*. Lisboa: ICLP, 1989.

CABRAL, Amílcar. *A ação armada e os métodos militares*. Portugal: Avante-SARL, 1988.

CABRAL, Amílcar. A arma da teoria e unidade nacional. In: ANDRADE, Mário. *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*. Portugal: Seabra Nova, 1978.

CARDOSO, Carlos. A problemática da construção nacional na fase pós-independência na Guiné-Bissau: Dificuldades e perspectivas. In: *Construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: INEP, 1989.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Kacu Martel, vol. 10. Guiné-Bissau: INEP, 1996.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. Lisboa: *Centro de Estudos Africanos*, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOSSUDOVSKI, Michel. *A globalização da pobreza*. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial: São Paulo, Moderna, 1999.

CHUMPETER, Josph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Parte IV – “Socialismo e Democracia”, caps. 20,21,22 e 23 p.285-366.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 2005.

GUTMANN, Amy. *A desarmonia da democracia*. In: *Lua Nova*, n. 36, p. 05-37, 2005.

FERNANDES, Raul. Partido único e poderes tradicionais. In: *Soronda*, nº16, jul. 1993.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.2. p. 91-106, 1997.

HAVIK, Philip. Mundasson e Kambansa: Espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994). In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1999.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: democratização no final do século XX*. São Paulo, Ática, 1994.

JAUARÁ, Manuel. *Dilema de transição política na África Lusófona: de Uni para pluripartidarismo*. Disponível em: <http://ces.uc.pt/lab2004/pdf/ManuelJauara.pdf>. Acessado em: 21 out 2008.

JAO, Mamadú. Os poderes “tradicionais” no período de transição. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter (coord) *Pluralismo político na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: *INEP*, Novagráfica, 1996, p. 121-133.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau, 1991-2006. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter (coord) *Pluralismo político na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: *INEP*, 1996, p.67 – 119.

KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Guiné-Bissau: Novagráfica, 2001.

LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau*. Lisboa: Ates Gráficas, 1987.

MACUANE, Jaime. Liberalização política e democratização em África: uma análise quantitativa. *Dados*: nº 2, vol. 22, 2000.

MENDY, Peter. A perturbação da Pax Lusitana: Resistência passiva na Guiné “Portuguesa” durante os primeiros anos do Estado Novo. Comunicação apresentada ao II Colóquio Internacional em Ciências Sociais. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos*. *INEP*, 1991.

MENDY, Peter. *Colonialismo português em África: A tradição de resistência na Guiné-Bissau entre 1879-1959* (Tese de doutorado). University of Birmingham: *INEP*, 1991.

MENDY, Peter. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter (coords) *Pluralismo político na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: *INEP*, 1996, p. 11-65.

MONTEIRO, Huco. In: *Jornal Kansaré*, 8/3/2004.

PATEMAN, Caroline. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETERSEN, Áurea, CORSETTI, Eduardo, PEDROSO, Elisabeth e ULRICH, Maria. In: *Ciência Política: textos introdutórios*. Porto Alegre: Mundo, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia. In: MOSEIS, Jóse; ALBUQUERQUE, J. Guilhon (orgs). *Dilemas de consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando (orgs). O que mantém as democracias? São Paulo, *Lua Nova*, n° 40-41, 1997.

REYNOLDS, Abdrew. Constitutional engineering in Souther in África. *Jornal of democracy*, vol. 6, n°2, 1997.

RIBEIRO, Marlene. A educação para a cidadania: questões colocadas pelos movimentos sociais. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n2, p. 113-128, jul/dez. 2002.

SANTOS, Manuel. Guiné-Bissau: A formação da Nação. In: Colóquio INEP/CODERSIA/UNITAR. Guiné-Bissau: *INEP*, Gráfica Maiadouro, 1989. p. 191-218.

SARTORI, Giovani. *Partidos e sistema partidário*. Brasília: Editora UnB, 1982.

SCHWARZENBERG, Roger. *Sociologia política*. São Paulo, Difel, 1979.

TEIXEIRA, Ricardino. *A sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau*. Recife, (Dissertação de mestrado em Sociologia) PPGS-UFPE, 2008.

TOURAINE, Alain. *O que é a democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.